



Da porteira para dentro: os desafios em rastrear a cadeia da carne no Brasil

Louise Nakagawa, PhD em energia e Pesquisadora de Projetos de Cadeias Agropecuárias no Imaflora;
Ariane Favareto, PhD em Desenvolvimento e Agricultura, especialista em relações sociais de gênero na agricultura e consultora do PNUD;
Lisandro Inakake, engenheiro agrônomo e Coordenador de Projetos em Cadeias Agropecuárias no Imaflora.



Foto: Shutterstock

Mensagens-chave:

1 Além de complexa, a cadeia da pecuária bovina no Brasil ainda apresenta um certo nível de irregularidades ambientais e fundiárias, portanto para implementar mecanismos de rastreabilidade eficientes e abrangentes, é crucial identificar os atores que participam da cadeia, especialmente aqueles que atuam de maneira informal e/ou estão invisibilizados.

2 Para avançar no monitoramento dos fornecedores indiretos de gado, é preciso coordenar esforços nas diferentes esferas – federal, estaduais e municipais – entre os setores público e privado, com apoio da sociedade civil, fortalecendo experiências em curso e a reinserção de fornecedores irregulares ao mercado, promovendo a regularização ambiental e fundiária, não apenas na Amazônia, mas em outros biomas.



Como a cadeia está organizada

A estrutura da cadeia produtiva de carne bovina já é bastante conhecida, composta por elos interativos, representados pela indústria de insumos, produtores, indústrias de processamento, distribuidores (atacadistas e varejistas) e os consumidores finais, tanto domésticos quanto internacionais. Uma forma ilustrativa de vislumbrar os principais elos dessa cadeia é caracterizada em três sistemas:

-  **Antes da porteira** - onde ocorrem os processos anteriores à produção;
-  **Dentro da porteira** - onde ocorrem a cria, recria e engorda;
-  **Depois da porteira** - onde acontece o processamento para a comercialização.

No entanto, é importante destacar que outros grupos também interagem com essa cadeia, exercendo influência sobre a dinâmica entre os elos. Há um conjunto diverso de atores envolvidos no processo da cria até a engorda, baseado em trocas e comercialização de animais que serão destinados ao abate. Entre esses atores, estão os intermediários e atravessadores, grupo pouco visibilizado na cadeia e que precisa ser incluído nas análises e monitoramento da cadeia. Importante mencionar ainda, o papel dos leilões, importante forma de comercialização pelo Brasil a fora, que trazem uma camada extra de complexidade para a cadeia quando a questão é rastreabilidade.

A literatura mostra que as atividades de cria tendem a se concentrar em pequenas propriedades, com baixa capacidade do uso de tecnologia. Já as atividades de recria e engorda concentram-se em propriedades maiores e, portanto, com maiores possibilidades de investimento. Dados do último Censo Agropecuário do IBGE (Sidra, 2017) indicam que 29% do total de bovinos foram produzidos em propriedades com menos de 100 hectares, 37% em estabelecimentos entre 100 e menos de 1 mil hectares, e 34% em áreas acima de 1 mil hectares. Apesar da pulverização da produção, considerando o tamanho das propriedades, é expressivo o contingente de pequenos produtores que se dedicam à bovinocultura.

Nesse sentido, cabe ressaltar que há importantes relações de troca entre os produtores familiares, que se dão por meio de salário, conhecimento e habilidades relacionadas à prática agropecuária, além de pagamentos com parte de suas crias. Há também a prática cultural de criação dos animais para fins de poupança e, dessa forma, os produtores podem comercializar seu rebanho em momentos de maior necessidade. Assim, é notável que produtores menos capitalizados tendem a investir parte de seu estoque de capital natural na expansão da pecuária, buscando o bem-estar de suas famílias. Com isso, as atividades produtivas, comumente diversificadas com a produção de lavouras anuais (herbáceas) e permanentes (arbóreas), são integradas à criação de animais em pastagens. A pecuária de pequena escala se dá por sistemas mistos de leite e carne em regime de subsistência, associados a propriedades menores que 500 hectares (Carvalho et al., 2020).



Foto: Shutterstock



As transações de animais ocorrem em todas as fases de produção, seja de ciclo completo ou não, e envolvem intermediários e relações sociais e de dependência ainda não totalmente identificadas pela literatura disponível sobre o tema. Essa complexidade dificulta os processos de monitoramento ao longo de toda a cadeia, cobrindo apenas parte deles. Um relatório publicado pela Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura (2020) afirma que os sistemas de rastreabilidade avançaram, porém, apenas para os produtores que exercem atividades de ciclo completo, visto que comercializam diretamente para os frigoríficos que, por sua vez, possuem mecanismos de monitoramento de seus fornecedores. Entretanto, os sistemas de cria e recria são mais difíceis de serem monitorados, pois não há relação direta entre o frigorífico e esses fornecedores. O resultado disso é uma cadeia limitada pela falta de informação e acesso a dados verificáveis, implicando em baixa transparência.

Dessa maneira, a cobrança e responsabilização pela produção bovina livre de desmatamento e em respeito aos direitos humanos devem se dar em todos os níveis - do pequeno ao grande produtor de gado - e em todos os elos da cadeia produtiva. Por isso é tão importante avançar no monitoramento dos fornecedores indiretos, categorizado como o grupo que ocupa o sistema

da porteira para dentro. Mas, para isso, é preciso considerar questões culturais, econômicas e de acesso à infraestrutura que permeiam e definem os processos de uso e ocupação da terra, bem como as trocas e comercialização dos animais, sendo fundamental a identificação do papel dos intermediários nesta cadeia. Do mesmo modo, é fundamental apoiar a regularização fundiária e ambiental da parcela de produtores que ainda não conseguem acessar esse tipo de serviço e informação, inclusive identificando aqueles que ocupam terras públicas, protegidas ou não, irregularmente.

O debate sobre o monitoramento dos indiretos é enorme e já antigo. Análises socioeconômicas e ambientais, especialmente em certas regiões da Amazônia como o estado do Pará e do Mato Grosso, têm apontado para a necessidade de gerar incentivos que garantam a floresta em pé. Para isso, é importante o trabalho coordenado entre setor público e privado, em ação conjunta com sociedade civil, tanto em âmbito federal, quanto estadual e municipal. Nesse sentido, há uma série de programas e iniciativas que têm conseguido cobrir algumas regiões da Amazônia, e articulado, ainda que com dificuldades, a interação entre fornecedores e frigoríficos e, em certa medida, os varejistas. Essas experiências precisam ser fortalecidas e espalhadas para outras regiões do Brasil.





Recomendações para avançar o monitoramento dos indiretos, da porteira para dentro

Diante desse cenário, é necessário:

-  Reconhecer e lidar com a alta capilaridade e complexidade da cadeia, buscando, por um lado, sistemas de rastreabilidade adequados à realidade local e regras de análise de aptidão e de bloqueio das propriedades com ilegalidades, de forma encadeada e, de outro, desenvolver estratégias gradativas e progressivas que contribuam para a reinserção de fornecedores irregulares e não a sua exclusão da cadeia.
-  Estimular tanto o desenvolvimento e a implementação de programas de assistência técnica e extensão rural, visando boas práticas produtivas, como o cumprimento do Código Florestal e a regularização fundiária, garantindo acesso à informação e capacitação dos produtores rurais, sobretudo dos pequenos.
-  Estimular linhas de crédito e outros incentivos para os produtores não conformes, principalmente os pequenos, que buscam se adequar e implementar boas práticas, especialmente à luz do Código Florestal, oferecendo a possibilidade da sua reinserção na cadeia produtiva e criar linhas de crédito subsidiadas para produtores conformes, como forma de fortalecer a conservação de serviços ecossistêmicos essenciais.
-  Melhorar a comunicação com órgãos públicos de meio ambiente e terras junto aos produtores, garantindo acesso à informação e conhecimento, comunicação efetiva e eficiente e o monitoramento das propriedades fornecedoras, além de esclarecer os direitos e deveres sobre o cumprimento da legislação ambiental e direitos humanos.



BOI NA
LINHA

Lançado em 2019 pelo Imaflora em parceria com o MPF (Ministério Público Federal), o Boi na Linha articula os elos da cadeia produtiva da carne na Amazônia Legal, interligando produtores, frigoríficos, curtumes e varejistas. O objetivo do programa é garantir a implementação dos compromissos socioambientais assumidos pelos signatários do TAC (Termo de Ajustamento de Conduta). A plataforma online disponibiliza dados, ferramentas e informações sobre o setor de forma totalmente aberta e transparente, para a promoção de uma cadeia livre de irregularidades socioambientais.

Além da parceria com o MPF, a iniciativa conta também com o apoio da Abiec (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes) e financiamento da União Europeia e demais organizações: Moore Foundation, NWF, P4F, iCS e Great for Partnerships do Reino Unido.



O Imaflora é uma organização não governamental brasileira, criada em 1995, para promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, gerando benefícios sociais no setor florestal e agrícola.

Referências:

CARVALHO, R; AGUIAR, AP; AMARAL, S. Diversity of cattle raising systems and its effects over forest regrowth in a core region of cattle production in the Brazilian Amazon. *Regional Environmental Change*. 20:44, 2020. <https://doi.org/10.1007/s10113-020-01626-5>

COALIZÃO BRASIL CLIMA, FLORESTAS E AGRICULTURA. A rastreabilidade da cadeia da carne bovina no Brasil. Desafios e oportunidades. Relatório final e recomendações, 2020.

SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática. Pesquisa trimestral de abates de animais. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/abate/brasil>.

Expediente:

Jornalista responsável

Dani Marques MTB 4625|SP

Revisão, arte e diagramação

W5 Publicidade

Tradução

Lesley Sogl (Inglês) e Monica Shimabukuro (Mandarin)

O InfoBoi foi criado em 2020 por iniciativa do Programa Boi na Linha e é organizado por Lisandro Inakake, engenheiro agrônomo e Coordenador de Projetos em Cadeias Agropecuárias no Imaflora; e Louise Nakagawa, PhD em energia e Pesquisadora de Projetos de Cadeias Agropecuárias no Imaflora